



DE EXPROPRIADOS E EXCLUÍDOS A DEGENERADOSEXPANSÃO AGRÍCOLA E OS  
DISPOSITIVOS JURÍDICO-POLICIAIS NO CONTROLE DOS INDESEJADOS PELO  
PROCESSO MODERNIZADOR. MATO GROSSO: 1913 A 1914.

---

FROM EXPROPRIATED AND EXCLUDED TO DEGENERATE  
AGRICULTURAL EXPANSION AND THE LEGAL-POLICE DEVICES IN THE CONTROL OF  
THE UNWANTED BY THE MODERNIZING PROCESS. MATO GROSSO: 1913 TO 1914.

---

DE EXPROPIADOS Y EXCLUIDOS A DEGENERADOS  
EXPANSIÓN AGRÍCOLA Y LOS DISPOSITIVOS JURÍDICO-POLICIALES EN EL CONTROL  
DE LO NO DESEADO POR EL PROCESO MODERNIZADOR. MATO GROSSO: 1913 A  
1914.

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2023.v15.18303>

Odemar Leotti<sup>1</sup>

Universidade Federal de Rondonópolis



[leotti.odemar@gmail.com](mailto:leotti.odemar@gmail.com)

Recebido em: 24 de março de 2023.  
Primeira revisão: 29 de abril de 2023.  
Revisão final: 20 de maio de 2023.  
Aprovado em: 10 de junho de 2023.

---

1 Possui Bacharelado e Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (1993), mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2001) e Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista - Campus de Assis (2013). Pós-doutorado em História Cultural pelo Programa de pós-graduação em Estudos de Cultura – PPG-ECCO. Atualmente, é professor Associado da Universidade Federal de Rondonópolis - UFR.

**RESUMO:** A proposta desse artigo é mostrar, que ao contrário do que propala o discurso do progresso, o avanço da economia para o oeste paulista adentrando Mato Grosso, na verdade produziu ilegalidades sociais ao servir às exigências do mercado liberal. Ao longo de sua trajetória a política agrícola do oeste paulista atinge Mato Grosso, trazendo em seu caudal os que trabalham e os que usufruem de seus resultados. Indo ao seu encontro as instituições governamentais de Mato Grosso garantem a manutenção do controle social através de seu dispositivo jurídico-policia. Esses resultados demonstram uma face obscura do conceito moderno de desenvolvimento ao trazer à tona na verdade seu teor de práticas sociais destrutivas às camadas populares. Paralelamente à tragédia houve o genocídio causado aos povos originários.

**Palavras-chave:** Progresso, violência, expropriações, exclusões.

**RESUMEN:** El propósito de este artículo es mostrar que, contrariamente a lo que propone el discurso del progreso, el avance de la economía al oeste de São Paulo entrando en Mato Grosso, de hecho, produjo ilegalidades sociales al servir a las demandas del mercado liberal. A lo largo de su trayectoria, la política agrícola del oeste de São Paulo llega a Mato Grosso, trayendo en su flujo a los que trabajan y a los que disfrutan de sus resultados. Al salir a su encuentro, las instituciones gubernamentales de Mato Grosso garantizan el mantenimiento del control social a través de su dispositivo policial legal. Estos resultados demuestran una cara oscura del concepto moderno de desarrollo al sacar a la luz, de hecho, su contenido de prácticas sociales destructivas para las clases populares. Paralelamente a la tragedia fue el genocidio causado a los pueblos originarios.

**Palabras-clave:** progreso, violencia, expropiaciones, exclusiones.

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to show, that contrary to what the discourse of progress proposes, the advance of the economy to the west of São Paulo entering Mato Grosso, in fact produced social illegalities by serving the demands of the liberal market. Throughout its trajectory the agricultural policy of western São Paulo reaches Mato Grosso, bringing in its flow those who work and those who enjoy its results. Going to meet them, the governmental institutions of Mato Grosso guarantee the maintenance of social control through their legal-police device. These results demonstrate a dark face of the modern concept of development by bringing to light, in fact, its content of social practices destructive to the popular classes. Parallel to the tragedy there was the genocide caused of the original peoples.

**Key words:** Progress, violence, expropriations, exclusions.

## Introdução

*A Villa de Campo Grande, que de ano para ano toma um desenvolvimento notável, [...] recebe em seu seio, proveniente dos Estados vizinhos, entre outros de São Paulo e Minas, elementos diversos; uns trabalhadores e progressistas e outros turbulentos e criminosos, sendo em grande número de jogadores e de viciosos de todas as espécies que, expulsos pelas polícias dos referidos Estados, espalham-se pelo município como um vírus de pior espécie. (Ibid. Relatório do Chefe de Polícia, 1913, p. 13).*

Quando estamos tratando de um acontecimento onde se destaca a total perversidade com as culturas originais e os em sua maioria seus descendentes e enfim a população local de Mato Grosso, é possível observar que desde as pesquisas sobre a política indigenista iniciada na primeira metade do século XIX, essas formas de caracterizam na verdade em grandes massacres dos povos originários e seus descendentes. Estes já habitantes em meio aos colonizadores como colonos ou outras formas de sobrevivência ou já excluídos de todo o processo colonizador. Em *Labirinto das Almas: política indigenistas em Mato Grosso, 1831-1895*, é possível observar essa trajetória de violências.

No dia 27 de outubro de 1831, surgiu uma lei regencial que mudou a rotina da política indigenista no Brasil Imperial. Deixou uma marca por ter instituído um divisor de águas entre as personagens que compunham a trama da história das lutas: de um lado pela instalação do sonhado projeto civilizador e de outro a resistência de uma multiplicidade cultural que já tinha certa vivência com estas tomadas de posições da política colonizadora. Portanto, entendemos ser um episódio que jamais poderá ficar apagado da história da política indigenista de Mato Grosso. (LEOTTI, 2018, p. 87).

Em pleno século XX, a história nos mostra como o grau de perversão continua em prol da implantação do projeto modernizador. A história, considerada como oficial, garante no presente a afirmação dessas políticas de implantação perversa de uma economia voltada para o mercado em detrimento da maioria da população. Dos bugreiros no tempo da expansão agrícola e da ferrovia até os sertanistas, se constituem por uma história do progresso um "discurso fundador da identidade mato-grossense, legitimando o poder político no presente, marcando um sentido local e temporal e ligando o papel desses sertanistas ao aprisionamento dos indígenas e a busca pelo ouro, configurando, assim, dois atos de um enredo." (LEOTTI, 2021, p. 40). Portanto o discurso ameniza o grau de violência, sempre em nome de uns em detrimento de suas vítimas. O pesquisador de vê em cada momento a manutenção dessa política que jamais irá construir uma nação que seja mesmo uma sociedade.

O mesmo teor de violência vai se repetir com a implantação do processo econômico, ao longo da Ferrovia Noroeste do Brasil. Ele acontece simultaneamente ao avanço da expansão agrícola a oeste do país. Esta se dá ao se deslocar da Vale do Paraíba para o oeste paulista. Em sua voracidade econômica vai atravessando os limites do estado paulista, adentrando as fronteiras com Mato Grosso. Na outra ponta de tal acontecimento está o Estado mato-grossense e seu papel jurídico-político no controle dos indesejados ao projeto modernizador da nação. Tal papel aparece estampado nos relatórios destas instituições governamentais. Mais especificamente os relatórios do diretor de polícia e do presidente de Estado. Esses documentos deixam claro um quadro de problemas sociais como fruto da transformação social e expansão agrícola e urbanista. Em seu trajeto essa expansão constitui cidades e ampliam outras. Exemplo disso foi a fundação da cidade de Campo Grande, fruto desse avanço e a constituição histórica de perversidades profundas.

Portanto estamos falando de um acontecimento marcado por genocídios de povos originários e consecutivas expropriações territoriais. Por outro lado, nas economias locais tradicionais, houveram casos de violências e humilhações contra os pequenos proprietários de terras no entorno das cidades. Invasões, sacrifícios de animais, crimes cartoriais destruíram as possibilidades de existências das pequenas propriedades agrícolas, retirando-as de suas condições de sustentabilidades. Esses acontecimentos estão ligados a três fatores importantes desse momento: a construção da ferrovia ligada à expansão agrícola, com predomínio da cultura cafeeira e a ampliação do crescimento demográfico na região ocupada.

Como foi costumeiro nos acontecimentos do passado brasileiro, estas formas trágicas se somam a outras já acontecidas desde o início da colonização do país. Historicamente sempre foram marcadas por relações de forças assimétricas e perversas. Desde as relações de escambos, das diferentes táticas das invasões em tempos primordiais, já dá para se ver que a vida dos povos originários e os povos africanos aprisionados e sequestrados não seria nada fácil. Historicamente, essas relações tomaram diferentes formas, porém, tiveram em comum sempre uma relação de violência em todos os sentidos imagináveis. Desde as truculências explícitas às implícitas, compostas de um quadro que denota violências brutais. Elas se deram em suas formas físicas e psicológicas. Com isso, o discurso de progresso e desenvolvimento marcou o projeto de modernização do Brasil. Com isso, manteve esse triste quadro de exclusões sociais. Estas se deram com suas diferentes formas, porém tiveram suas aparições submersas historicamente. Operações de registros sobre o passado, marcadas por discursos oficiais, ora as revalidaram, ora as requalificaram ou numa ação drásticas simplesmente as suprimiram. Turvadas as águas, tornaram o passado exemplo um contínuo de progresso e desenvolvimento, ocultando aos olhos do presente suas ações obscuras carregadas de perversidades.

Portanto, esses acontecimentos do passado ainda relampejam em tempos contemporâneos o que leva à necessidade do trabalho constante dos historiadores. Turvados explicitamente ou sutilmente, por uma história contínua, torna-se urgente e importante fazer uma genealogia desse saber tornado poder instaurado sobre o passado da nação. Mostrar

que diversos acontecimentos trouxeram desde tempos remotos marcas visíveis na pele e na mente do grau incomensurável de sofrimentos. Tudo está provado nos documentos citados, esses acontecimentos do passado, porém soterrados por uma história que se quis contínua. Nesta cuja operatividade esteve continuamente e tendo como base a matriz eurocêntrica. Como já dito anteriormente, vale ressaltar que para garantir sua operatividade sobre o passado, sempre revalidaram, requalificaram ou mesmo suprimiram os acontecimentos considerados indesejáveis a uma história oficial.

Porém, por uma busca arqueo/genealógica, está sendo possível revolver esse solo silenciador e buscar cenas desse afrontamento das dignidades de ancestralidades usurpadas, violentada ontem, hoje e sempre. Com isso, um trauma que atravessa o tempo e deixa suas marcas em um presente carregado das perversidades. Estas foram herdadas do passado, em toda uma história em que foram invadidos, desterritorializados, humilhados, mutilados arqueou ainda resistem, até a subida da rampa de um governo que nasceu desse espaço negado.

Porém, ainda persiste o grau de perversidade e sadismo cometidos contra os grupos culturais dos povos originários vão sendo pouco a pouco atacados por uma onda racista. ela está cimentada no interior do discurso eurocêntrico que marcou e continua marcando o saber que nunca se cansa de intervir com seu saber colonizador. Esta foi e ainda persiste em ser a marca do discurso metropolitano ibérico imperial. Herdando seus espólios material e imaterial a onda nacionalizante se constituiu e ainda mantém sua imponência ao menor sinal de tentativas populares de ocupação do espaço político. Filhos do movimento racionalista os conceitos de liberdade e emancipação trazem em seu interior todo aparato colonial ibérico transformado em discurso do imperialismo inglês. Dos sonhos racionais eurocêntricos nascem as tentativas de sua materialização pela via da construção das nações e das nacionalidades. Esses acontecimentos se deram simultaneamente pela imposição de uma natureza que se imaginava controlável e única.

É notável como há preocupação com a ordem social e quanto à expropriação das pequenas propriedades, pelas grandes corporações internacionais e proprietários nacionais que conseguem terras através de métodos ilegais. Todavia, essa preocupação se limita ao perigo de revolta popular ou de derramamento de sangue. O mesmo não repete com o que venha acontecer com as famílias dos expropriados ou obrigados a vender suas terras sob diferentes formas de coação, violência e fraude.

Podemos constatar que a situação de expansão econômica vem sempre carregada de violência de todas as maneiras imaginadas, atingindo em cada momento um tipo de alvo: primeiro os povos originários são massacrados em toda época da história dessa nação. Posteriormente, a matança ainda continua, e de forma mais acentuada, dos que se colocaram como defensores de seus territórios. Foram chacinados por serem vistos como obstáculo ao avanço econômico, com destaque para o genocídio do povo Kaingang habitante do território invadido pela economia liberal em seu avanço para o oeste da nação. Mais especificamente nos momentos em que se implantava a limpeza étnica, levada a efeito de forma violentíssi-

ma durante a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil.<sup>2</sup>

Segundo a historiadora Marina Monica de Freitas: "A Noroeste do Brasil (NOB), a Estrada de Ferro Santa Catarina (EFSC) e a Vitória-Minas (EFVM) avançaram sobre territórios indígenas localizados no que restava da mata atlântica nas regiões Sul e Sudeste do país". (2019, p. 1). No início do século XX, a "região entre Bauru e o rio Paraná", segundo busca da autora, ainda "figurava nos mapas sob a rubrica terra desconhecida" (AZEVEDO, 1950, p. 112, apud, FREITAS, 2019, p. 6). Embora fosse território Kaingang, para os não-índios, como Azevedo, aquela era uma terra despovoada, inculta e vazia; "lugar vazio de café, entenda-se dessa forma" (FABRI & CURY, 2018, p. 154, apud, FREITAS, 2019, p. 6).

O início do século XX, emerge o discurso construindo um estereótipo onde a região mais distante do litoral,  nomeada como interior e recôndito do incógnito, selvagem. Era com esse acontecimento discursivo, o objeto que contrastava com o discurso do progresso da nao. Segundo estudos de Freitas, sobre o tema leva-a  constatao que:

No Brasil, nessa época, as fronteiras<sup>1</sup> da economia mercantil avançaram sobre territórios indígenas localizados no interior do país e as teorias raciais europeias, então em voga, contribuíram para justificar a invasão dos territórios tribais e a eliminao das populaoes indígenas. Liderando ou acompanhando a expansão das fronteiras "civilizatórias" seguiram os trilhos das ferrovias. Essas simbolizavam mundialmente a modernidade, enquanto a natureza selvagem, as matas virgens e os indígenas eram vistos por muitos como obstáculos ao progresso e  marcha da civilizao. Da perspectiva dos não-índios, os territórios tribais eram terras inexploradas a serem conquistadas. (Ibid. FREITAS, 2019, pp. 1-2).

Paulo Roberto Cimo Queiroz em sua obra *As curvas do trem e os meandros do poder o nascimento da Estrada de Ferrovia Noroeste do Brasil (1904-1908)* afirma que:

A construo da Noroeste do Brasil rematou cerca de meio século de discussoes sobre a ligao ferroviária entre Mato Grosso e o litoral - discussoes iniciadas em 1851 com um projeto de lei que autorizava o governo imperial a conceder a uma companhia o "privilégio exclusivo" para a construo de uma ferrovia entre a Capital do Império e a cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), passando pelas cidades de S. João d'El Rei, Goiás e Cuiabá (QUEIROZ, 1997, p. 6).

Outros personagens duramente atingidos pela expansão econômica foram os pequenos agricultores de culturas tradicionais. Eles foram os pioneiros que vieram atendendo a uma política migratória de outro contexto, sucumbiram a esse novo momento cujo projeto

---

<sup>2</sup> As obras da Noroeste foram iniciadas em 1904 pela Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, fundada com capitais brasileiro e franco-belga no ano anterior. Seus construtores, partindo de Bauru, em São Paulo, pretendiam alcançr Cuiabá, capital do Mato Grosso, e o porto de Santos, local estratégico para a exportao do café brasileiro. A conexão com o porto seria feita entroncando-se a Noroeste às ferrovias Sorocabana e Paulista. A Sorocabana, segundo Azevedo (1950, p. 113, apud, ), alcançaria Bauru em 1905 e a Paulista, em 1910. Cf. FREITAS, M, M de. *Indígenas e Ferrovias na Belle poque Brasileira: a Noroeste do Brasil, a Ferrovia de Itajaí e a Vitória-Minas*. ANPUH, Brasil. 30 Simpósio Nacional de Hstria. Recife 2019.

anterior não mais cabia nessa nova onda econômica. marcados, muitas vezes por sofrimentos e sacrifícios característicos da agricultura familiar de subsistência. Ao se depararem com novos modelos de implantação agrícola, no ano de 1913, suas propriedades se viam cercadas em suas imediações por parte das empresas partícipes da expansão econômica. Paralelo a essa onda econômica toda forma social dela resultante fazia aparecer personagens que eram escórias sociais. Estas se traduziam nas figuras dos grileiros e seus comparsas cartoriais, transformados em heróis, juntamente com a cumplicidade institucional conforme documentos citados à frente no artigo.<sup>3</sup>

## Estado e Controle dos expropriados: excluídos e rebelados como alvo do poder

No início do século XX, o presidente do Estado de Mato Grosso Joaquim da Costa Marques<sup>4</sup>, juntamente com Firmo Rodrigues<sup>5</sup>, Chefe de Polícia e um grupo de correligionários partiram para o sul do estado com fins de verificação da situação social e política daquele momento. Ele viajou juntamente com seus inspetores policiais pelo interior. O objetivo era medir o grau de controle que a maquinaria estatal exercia sobre esses tipos de acontecimentos na região sul do estado. A presença do Estado consistia na manutenção do poder o qual estaria garantindo sua presença com o intuito de saber onde deveria aperfeiçoar pelo funcionamento de suas máquinas institucionais. Para o Chefe de Polícia: “em Campo Grande, um facto que deve merecer a atenção dos poderes públicos do Estado, é elle a falta de policiamento suficiente”. (Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 13. Fonte: Arquivo Público do Estado

---

3 Em breve busca dá para notar quantos historiadores e antropólogos se dedicaram ao tema do impacto do projeto liberal impôs às culturas originais e economias locais. Segundo levantamento: GAGLIARDI, José Mauro. O indígena e a república. São Paulo: Hucitec; Edusp; Secretaria de Estado da Cultura, 1989. (Estudos Brasileiros, v. 25.) José Sacchetta Ramos. O genocídio Kaingang e a metáfora da guerra: sertão do Bauru, 1856-1912. RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global, 2017. Texto apresentado no 13º Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu, MG, em 1989. (Cf. FREITAS, M, M de. *Indígenas e Ferrovias na Belle Époque Brasileira: a Noroeste do Brasil, a Ferrovia de Itajaí e a Vitória-Minas*. ANPUH, Brasil. 30º Simpósio Nacional de História. Recife 2019.

4 Joaquim Augusto da Costa Marques nasceu no município de Poconé (MT) no dia 7 de junho de 1861, filho de Salvador da Costa Marques e de Augusta Nunes Rondon Marques, neta do barão de Poconé. Seu pai foi tenente-coronel da Guarda Nacional, chefe político no Império e proprietário de grandes extensões de terras; sua mãe também descendia de família de fazendeiros. <https://cpdoc.fgv.br/>

5 Militar, político, escritor (Cuiabá, 1871 – idem, 1944). Participou da Revolução de 1893, onde cerrou fileiras ao lado de Floriano Peixoto – o Marechal de Ferro. Sua primorosa formação intelectual, adquirida na modelar escola militar, fundada durante o período Imperial, fez com que ele, ao longo de sua vida profissional, não se dedicasse apenas às causas militares, atuando, também, em outros campos, o docente – junto a mais antiga escola primária de Santo Antônio do Leverger e, mais tarde, lecionando junto ao Liceu Cuiabano e ao Liceu Salesiano São Gonçalo. [RODRIGUES \(Firmo José\) - PORTAL MATO GROSSO.](#)

de Mato Grosso, APEMT).

Essa região ao sul de Mato Grosso estava sendo palco de um grande avanço econômico e com ele todos os efeitos de um modelo que privilegiava a obediência às exigências do mercado capitalista que se dava em detrimento da qualidade de vida da população. Para tanto, vidas eram destroçadas pela invasão de investidores, grileiros, bugreiros e chacinadores dos povos originais. Era, portanto, o lucro em detrimento do social onde o sonho singular de cada um fazia funcionar uma única natureza que deveria se desenvolver: a sociedade liberal. Ela tinha como função coagir a população para o trabalho, pois estava a serviço da verdade maior: o mercado. As vilas estavam tornando-se cidades e com elas as marcas desse crescimento. Um crescimento que tomava sentido de progresso e fazia brilhar os olhos pela efusividade. Dilatavam-se os espaços de conquistas e com elas se fortaleciam as utopias. Estas, faziam brilhar a esperança de cada um. Porém, pouco se fazia para a melhoria de vida das camadas populares, distantes da possibilidade de sonhos.

Ao passar do tempo, a noção de progresso tornava-se palavra destituída de sua substância e fazia das utopias palavras mortas. Ao tornar-se inócuo para a maioria que com o passar do tempo aprendiam a viver lado a lado com a degradação e bloqueio das mobilidades sociais. Ao olhar para o crescimento urbano da cidade que nascia, o delegado de polícia expunha sua impressão sobre os excluídos do seu progresso:

A Villa de Campo Grande, que de ano para ano toma um desenvolvimento notável, o que se observa facilmente pelo grande número de novas edificações, uma já prontas e outras em via de terminação, e que tem uma população fluctuante de não pequena monta, recebe em seu seio, proveniente dos Estados vizinhos, entre outros de São Paulo e Minas, elementos diversos; uns trabalhadores e progressistas e outros turbulentos e criminosos, sendo em grande número de jogadores e de viciosos de todas as espécies que, expulsos pelas policias dos referidos Estados, espalham-se pelo município como um vírus de peor espécie. (Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT, 1913, p. 13).

A vigilância voltava seu alvo para quem ameaçava a ordem do progresso. Compunham esse quadro de marginalizados, os desocupados, jogadores e viciados, que, segundo o relato, já eram tidos como dejetos, expulsos do interior de São Paulo. Retoma o chefe de polícia seu papel de coação:

É assim que nas redondezas d'aquella Villa, nos doze dias que da primeira vez lá estivemos, deram-se quatro assassinatos, tendo sido os moveis diversos, já tendo havido em dias anteriores duas mortes para roubar: uma do estafeta do correio, cuja ossada muitos dias depois foi encontrada junto à algumas cartas e outra de Vicente de Souza, cujos restos não foram descobertos. A estrada que vae da Campo Grande e Vaccaria é temida pelos viajantes: nenhum d'deles ousa emprehender viagem sem estar acompanhado de camarada. Acredito que a situação anormal d'aquella região tem como factor principal a jogatina desenfreada que alli reina. (Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso,

APEMT, 1913, p. 14).

Como forma de coibir as ações dos pertencentes à incômoda turbulência que com suas ações turvavam o rito do progresso, aguçavam-se os olhares das instituições defensoras da sociedade e seus considerados sócios. Ao contrário, entre os excluídos, haviam os que se expunham às relações perversas do trabalho. Porém entre seus membros haviam os que não se engajavam no trabalho. Eram como se fossem os que se mantinham na resistência ao mundo do trabalho: ou lhe faltavam oportunidades, ou eram impedidos pela ficha criminal. Pode ter havido os que rejeitassem as péssimas condições produzidas pela política de exploração. Jogados à deriva se davam às contravenções. Por seu lado, o Chefe de Polícia toma atitude no próprio momento de sua viagem, como forma de efetivar esse controle. Por isso, logo depois da sua chegada, conforme suas próprias palavras mandou:

[...] affixar nos logares públicos e na porta do edeficio da Camara Municipal o seguinte edital: 'O Dr. Deocleciano do Canto Menezes, Chefe de Polícia do Estado de Matto-Grosso, faz saber a quem interessar possa que ficam expressamente prohibidos os jogos de azar, sob as penas da lei e de acordo com os artigos 369 e seguintes do acordo penal: Ter casa de tavolagem, onde habitualmente se reúnam pessoas, embora não paguem entrada, para jogar jogos de azar, ou estabelecel-os em logar frenquentado pelo publico. Penas de prisão cellular por um a três meses; de perda para a fazenda pública de todos os aparelhos e instrumentos de jogos multa de 200\$000 a 500\$000. (Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 14. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT.).

As penas e multas tinham como finalidade o controle daqueles que não estavam inseridos em alguma função de produção. A regulamentação aparecia em diferentes instâncias que iam desde a esfera federal até portarias que eram colocadas em funcionamento, dependendo da situação encontrada. O poder se micro empoderava disseminando-se por portarias. Com elas, a "paz" ia sendo construída, porém uma paz mantenedora de uma organicidade onde a população e seus corpos deveriam ser regulados por determinações funcionais locais.

Portanto, não era a paz que determinava a regra e sim a regra é que lutava para estabelecer uma paz funcionalmente produtiva. Ela deveria apascentar os tumultos e os corpos turbulentos, mantendo a ordem por uma continuidade da violência estatizada em seus aspectos jurídicos, médicos e fazendários, através das multas. Essas instituições permitiram relançar ininterruptamente o jogo de dominação, encenando uma violência minuciosamente repetida.

Assim, uma moral vai dissolvendo as singularidades e estas vão se afastando para o interior, na procura de espaços mais abertos ao seu funcionamento. A cada quilometro de trilhos de ferro, tempo e espaço se confraternizam num jogo de poder. Se não é para todos, os resultados convivem com esse quadro de marginalização. Nos espaços e tempos fazem proliferar gerações e mais gerações dos colocados à margem da sociedade. Os que já estão dentro do sistema abrasador e os que aparecem como seus obstáculos: as máquinas

de guerra do progresso fazem os já encurralados perder seus espaços de imanências, e as culturas originais se juntam a eles quando os remanescentes dos massacres são despejados no espaço urbano. Os filhos por estes gerados são produzidos em um espaço onde não mais herdarão os valores de suas comunidades anteriores e não conseguirão, muito deles, se encaixar nas funções orgânicas dos que os querem adestrados para a produção. Por isso, muitos caem na delinquência, no alcoolismo, e como o próprio documento mostra, tornam-se presos aos jogos de azar, à prostituição. São tornados profissionais que saem pelo interior em busca de extração de rendimentos, coisas que quase não mais podem fazer nos espaços dos quais já foram expulsos.

O Chefe de Polícia deixa claro que foram “transcritos os artigos supra para que ninguém allegue ignorância d’elles, tornando-se effectiva a punição de todos aquelles que infringirem os artigos”. (Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 14). Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT). Para ele; o êxodo das turbulências dos desocupados “aumentarão sem dúvida com o desenvolvimento fatal que aquella região sulista terá com a estrada de ferro, cujos trabalhos de aterro e nivelamento estão feitos até a uma légua de distância da Villa de Campo Grande”. (Ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 14. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

Uma produção voltada para o local não mais se adequaria a interesses maiores que vinham avançando como uma onda, na trilha e nos trilhos do discurso do progresso. Consequentemente, há a expulsão dessa forma familiar de produção, empurrando para as cidades suas vítimas. A criação de bolsões de pobreza nas cidades vem, portanto, articulada com os êxodos rurais. Esse deslocamento populacional, produz a transumância de pessoas, as quais se deslocam de acordo com a situação de sobrevivência de cada momento e lugar.

Essas regulações que proliferaram durante o século XIX, adentram o século XX e são encontradas como fazendo parte do trabalho da polícia. Essas políticas estavam servindo como uma instituição do Estado que ainda está à conectada à Secretaria da Agricultura. É importante ligar a esse problema, pois que ela por sua vez atendia aos interesses das rendas fazendárias. Era necessário para a implantação de uma economia nos moldes liberais dar visibilidade àqueles destituídos dos diferentes lugares e que se amontoavam nos espaços urbanos. Era preciso então agir em defesa da sociedade. Era, necessário esquadrihar seus passos, suas territorializações. Não haver descanso, fustiga-los, manter o olhar vigilante. Estavam em pleno funcionamento mecanismos disciplinadores para que houvesse em cada um a sensação de estar sendo vigiado e, assim, pudessem sentir sempre a presença coercitiva do Estado. Esta presença se dava por meio das inspeções, desde a mais tenra infância, com a presença do inspetor escolar, e também na maturidade, com a presença da inspetoria de polícia.

Dessa forma, era efetivado o controle policial, pelo uso de mecanismos disciplinares que sempre estiveram, segundo a instituição jurídica e policial, à espreita dos desvios do

espaço de uma organicidade. Sua função foi controlar os excluídos em relação a uma sociedade e seus marcadores regimentais. Pois, com isso, o Estado saía fortalecido pelas riquezas da natureza que deveria ser controlada. É no contexto onde as desterritorializações dos meios de existências. Desfeitos, jogavam para fora da comunidade cada um, cada família, enfim os expropriados assim destituído eram considerados então como degenerados. Noutra aspecto havia o uso dos seus rios navegáveis (os quais deveriam ser estudados por expedições científicas, para que pudessem servir de espaço de circulação de mercadorias).

Assim, além da construção da estrada de ferro, as condições naturais dessa região também a tornavam apta a servir ao processo de implantação e ampliação da fronteira econômica. Sua terra era oferecida como espaço à expansão da produção agrícola do sul que avançava, sendo útil "pela sua situação pittoresca e por sua fertilidade, por possuir os melhores terrenos da zona". (Ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Geográfico de Mato Grosso - RIHGMT. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT 1913, p. 14).

Todavia, para que a natureza se tornasse instrumento de viabilização do progresso, era preciso superar os obstáculos apresentados pela presença dos corpos rebeldes. Isso exigia, segundo o Chefe de Polícia, "que o destacamento policial seja, pelo menos de trinta praças commandadas por um official calmo e criterioso e que a delegacia de polícia, depois de bem remunerada, seja exercida por pessoa enérgica, ponderada e instruída". (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 14. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

Fruto de suas andanças policiais, cita várias povoações do rio Pardo, Santa Rita e Rio Verde as quais, por seu desenvolvimento econômico, deveriam fazer parte da rota ferroviária. Por conseguinte, segundo seu relato, toda natureza ia sendo remodelada, juntamente com a situação de exclusão ou inclusão dos que ali habitavam. Tristeza ou alegria tinham em comum tornados alvos de interesses distantes de suas singularidades culturais como determinadores de suas tragicidades. Tudo se tornava alvo da configuração do mercado como lugar da produção: o mercado e seus acionistas. Pela sua implantação se constituíam novas formas de subjetividades que deveriam estar submetidas aos valores ditados pelos que compunham as exigências do mercado. Essa única natureza se tornava habitável como novo lugar de sua verdade: ou se adequava ou sofreria sua exclusão.

Firmo Rodrigues, como chefe de polícia, ele quanto os que o acompanhavam, faziam de suas partes, cômodas instituições a serviço da economia maior em sua volúpia progressiva. Colocava as figuras indesejáveis desde expropriadas até serem vistas como degenerados. Fazia ele, mesmo talvez longe de seu orgulho por ser representante da lei, parte dessa onda econômica em suas viagens para examinar como estava o andamento: imbuído de sua obrigação:

[...] seguiu acompanhado do Dr. Oscar Guimarães, fiscal da estrada e Dr. Francisco Vieira Leite, médico da empresa e conceituado clínico em Três 'Lagoas', sentado na frente do tender a machina acahava-se atraz delle; ao chegarmos junto a uma provisória, adiante da estação do 'Mutum', três cavallos espantados com o rolar da locomotiva, que veloz corria na escoridão de uma noite sem luar, atiram-se sob suas rodas; calmamente o Dr. Cangussú, senhor do pingo, fechou o regulador e parou a machina. Estávamos salvos, ficando apenas ligeiramente ferido, em um pé, o Dr. Guimarães; dous dos cavallos jaziam a pouca distancia, completamente esphacelados e o terceiro semi-morto?. (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT, 1913, p. 14).

Vemos um episódio simbólico de uma natureza esfacelada pela máquina, sendo suas múltiplas formas agora tratadas como meros acessórios. Isto posto, deveriam até mesmo serem sacrificadas, para que a verdadeira natureza organizada fosse implantada. Exemplo disso foram três animais equinos feridos de morte violentamente pelo trem, por não se adequarem a uma nova onda que invadia seus territórios. A morte enunciava algo maior que seus trágicos destinos: morreram em nome do progresso. Essa nova natureza cobrava esse preço pela sua presença.

Se um ato de sacrifício ficava para traz, sem afetar os sentimentos dos viajantes a serviço da economia maior, outro exemplo desse movimento parecia justificar o acontecimento anterior. Em um dos mais importantes trechos do relatório, já então refeito do susto anterior, o Chefe de Polícia se sente impressionado ao ver "os breves traços de Três Lagoas, que sobremodo" lhe impressionou "pelo desenvolvimento rápido que tem tido e a esthetica que presidiu a sua criação". (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 14. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

Dessa maneira, é descrita uma paisagem em ascensão: do primitivo ao moderno; do fértil ao progressivo. Nos traços dessa paisagem constroem-se na folha de papel em branco os sentidos institucionalizados dos quais o senhor inspetor era porta voz. Neles a cidade era lembrada como tendo "aspecto rizonho e sympathico". Ao mesmo tempo em que se envereda pela poesia na descrição das três lagoas que dão nome à cidade, volta para a racionalidade e o seu papel a cumprir na disciplinarização dos desajustados ao projeto moderno. Ao seu lado também viajava os agentes da higienização dos corpos para se tornarem úteis ao progresso. Estavam a serviço da constituição da população como composta de elementos úteis para o trabalho. A cidade representava o lugar do novo em contraponto com o campo. Em sua descrição não se esquece de relatar que "as suas águas são potáveis" como componente para tornar sustentável a edificação da cidade. (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT, 1913, p. 17).

As casas dos operários feitas de madeira e cobertas de zinco, as quais antes eram chamadas de primitivas, agora ganham o nome de singelas, ou seja, simples. Pela sua escrita



vão se perfilando paisagens que são recompostas ao habitarem as folhas de seu caderno de campo, ganhando uma poética moderna e futurista quando são datilografadas.

Dessa maneira, os animais tornam-se tais quais as plantas silvestres, os rios e a terra com seus minérios, meros acessórios a serviço do espírito do progresso: portanto o que os olhos conseguem enxergar se submetendo-se ao espírito invisível em busca de sua materialidade. É a racionalidade guiada pela fenomenologia do espírito. Uma história constituía formas racionais a uma natureza que parecia estar assentada no caos cosmos. Uma racionalidade ia sobrepujando aquilo que lhe era hostil ou inoperante. Cria-se uma tábua do tempo que dá nome a tudo que é superado. Doravante essa natureza rebelde deveria ser revalidada, requalificada ou mesmo se necessário ser suprimida: casas primitivas e casas modernas, umas de madeira e zinco, outras de “material” e telhas de cerâmica que já apareciam por essas bandas, haja vista a chegada de empresas comerciais e indústrias transportando mercadorias pelas vias de comunicação.

A estação da estrada de ferro que é de madeira e é bem construída e elegante, acha-se situada a frente de uma grande praça (...) onde ostentam algumas casas comerciais de maiores capitaes e um hotel bem montado. As suas avenidas e ruas cortam se em ângulos rectos, sendo o alinhamento perfeito: as avenidas principais tem 40 metros de largura e as ruas 20 metros. A alimentação é sadia e abundantes; vegetaes dos climas temperados são encontrados a preços relativamente baratos e são trazidos à porta dos consumidores em costado de muar. Em suma, a povoação de Tres Lagoas, por sua situação e por seu desenvolvimento rápido está chamada a representar preponderantemente papel entre as cidades de Matto-Grosso. (Ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 17. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

Firmo conforme seguia a viagem se deslumbrava ao descrever a paisagem velha e a presença da nova paisagem marcada pela presença de tecnologias modernas. Da Europa vinham embarcações e profissionais, como vieram o vapor Conde de Frontin:

[...] bela embarcação construída em Argentenil (porto de Paris) pelo constructor Claparède; é a embarcação de grande força, pois na viagem que conosco fez levava a reboque, em dous grandes pranchões, quatro vagões com a carga de 20:000 kilos e a tara de 9:300” (Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 18. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT). Havia baianos e portugueses plantando café; médicos franceses, como o “Dr. Emile Brumpte, aggrégê da escola de Medicina de Paris e professor de S. Paulo, acompanhado de sua espoza e de seu auxiliar Dr. Alexandre Pedrozo”. (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 18. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

O governo investia no controle de qualidade do corpo populacional e do rebanho animal prontos para serem tosquiados. Tudo isso como forma de torná-los disponíveis e úteis à produção econômica. As doenças eram um obstáculo à lucratividade e precisavam ser combatidas.

Esses profissionais achavam-se incumbidos pelo Governo Paulista de estudar as feridas bravas conhecidas por úlceras de Bauru e a peste de cadeia que é endêmica n'aquella região. Como parecesse que essa última enfermidade fosse transmitida por parasitas habituaes das antas, o illustre professor mandou caçar um d'esses animaes nos arredores de "Tres Lagoas" e, devidamente acondicionadas recolheu todos os parasitas, para submettel-os a exame, recolhendo também o sangue necessário para seus estudos. (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. 1913, p. 18. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

Uma regulação da população cada vez mais se acentuava. Compondo uma parte do conjunto dos processos econômicos, não escapavam ao foco de um saber sobre os problemas relacionados à saúde da população: um controle totalizador. Os que nasciam e os que se casavam agora precisavam registrar-se. "O registro de casamentos e nascimentos é feito no Estado de São Paulo, em Penápolis, por ser a distância que medeia entre esta povoação e a de 'Três Lagoas', muito menor que a existente entre esta e Santa Anna do Paranahyba, sede do município" (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. 1913, p. 18. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

Uma coisa chamava a atenção do inspetor: ainda o controle policial era precário em Mato Grosso, onde em muitos povoados havia a necessidade do trabalho de destacamentos do exército. Por isso, o delegado pedia providências em seu relatório por entender ser "de inadiável necessidade que o Governo mande que um destacamento policial permaneça, sob o commando de um official, na povoação de 'Três Lagoas', cujo policiamento actualmente é feito por praças do exército". Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 18. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT). Como resultados da onda migratória acumulavam-se corpos expropriados, deserdados e nomeados como degenerados. Eram considerados como perigosos, tumultuados. Para o chefe de polícia:

N'essa povoação, como na Villa de Campo-Grande, aportam os elementos nocivos expulsos dos Estados limitrophes; ao Estado cabe conter os maus instinctos dessa nova casta de imigrantes, mantendo uma força que, prudente e energicamente, cuide da estabilidade da ordem, como factor primordial do bem estar de seus habitantes. Sobre esse assumpto telegraphiei ao Exv<sup>o</sup> Presidente do Estado, afim de que, de accordo com o do Estado de São Paulo, conseguissem não fossem as meretrizes e os criminosos d'aquella futura unidade da federação Brasileira internados em território Matto-Grossense que, a bem do seu engrandecimento, só necessita de gente calma, laboriosa e digna. Em falta de destacamento policial, para evitar perturbações da ordem, e a pedido dos principaes commerciantes d'aquella praça, e ainda por ter dias depois de nossa chegada abandonado o policiamento o contingente federal, ao retirar-se da povoação que tão gratas recordações nos deixara. (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. 1913, p. 19. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

A implantação do processo econômico modernizador, ao longo da Ferrovia Noroeste do Brasil, deixou em toda sua esteira, marcas profundas de genocídios de povos originais, expropriações territoriais de pequenas agriculturas entre outros. As camadas excluídas desse processo econômico vão se deslocando no mesmo sentido e marcando o lugar dos expropriados, dos excluídos sob nova marcas: de expropriados a degenerados. Tornam-se alvos das instituições a serviço do capital econômico e para tanto, tornaram-se continuamente motivo de preocupação da polícia. Para isso o inspetor entendia ser em caráter de urgência:

[...] construídas cadeias fortes e higienicas em todas as localidades do Sul. Em Campo-Grande existe um prédio Municipal, sem accomodações algumas e ante higienico, que serve de quartel do destacamento e de prizão dos indivíduos que são detidos; em 'Tres Lagoas' não existe cadeia, sendo que os prezos são inclausurados nos xadrezes do quartel do contingente do 53º de Caçadores. (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. 1913, p. 19. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT,).

O Chefe de Polícia, mostrava ao final de seu relatório ser necessário a tentativa de dar ordenação ao espaço e dotá-lo de eficácia para o trabalho e a vida. E ainda, usando de uma linguagem voltada para a produção, pondera que seriam excluídos ou deveriam ser recolhidos todos os corpos tumultuados. Ao final, juntamente com a sua comissão afirmava:

[...] procurei com todo empenho e, às vezes sacrifícios pessoaes, desempenhar com lealdade e abnegação a espinhosa missão que lhes fora confiada, procurando assim o engrandecimento do Estado de Matto-Grosso, pugnando pelo direito e pela justiça, fazendo com que o sossego, a harmonia e a paz reinassem nas regiões por nós percorridas." (ibid. Relatório de Chefe de Polícia, RCP, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. 1913, p. 19. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT).

O presidente de Estado de Mato Grosso, Joaquim da Costa Marques, junta esse relatório do Chefe de Polícia ao seu próprio, e cria a proposta para o aperfeiçoamento do controle social dos que vivem à margem da lei, considerados como degenerados. Cabia à instituição jurídica e policial o papel de os coagir para o trabalho. Somente, tornando possível essa transfiguração de valores morais esses agenciamentos colocaram em ação o funcionamento social a serviço da economia em Mato Grosso. Atendia aos objetivos do projeto moderno para que esse estado se adequasse ao processo econômico do país. Para tanto, o presidente de Estado, acha aceitável a proposta do seu Chefe de Polícia de criação de uma tecnologia voltada para identificação e estatística da população e mandar vir material para fardas e armas, constituindo também regulamento para a fundação de um corpo de guardas civis para policiamento da capital:

No que diz respeito a polícia civil o Snr. Doutor Chefe de Polícia pondera, não só a conveniência de se tornar efectiva a criação do gabinete de identificação e de estatística, de que o Governo está tratando, já tendo mandado vir algum material e confeccionar o seu regulamento, como de um corpo de guardas civis para o policiamento da capital, medida esta que também considero de grande utilidade, tendo-se em vista a deficiencia da força policial para attender a todas as exigências da ordem e segurança públicas e a pouca idoneidade do seu pessoal para serviço d'aquela natureza. Acredito que, com um número de trinta guardas civis e um Inspector, que ficarão directamente subordinados às autoridades policiais, ter-se-á um policiamento regular n'esta capital, evitando-se assim muitos delitos e proporcionando aos seus habitantes maior segurança. Em tempo opportuno submeterei à vossa criteriosa deliberação uma proposta sobre este assumpto. (Relatório do Presidente de Estado Joaquim da Costa Marques, ano de 1913, p. 32, 33. Fonte: Arquivo do Estado de Mato Grosso, APEMT – Cuiabá – MT).

Outra medida de controle da população foi a proposta de transformação da cadeia em penitenciária, criando-se um espaço de produção aos sentenciados. O entendimento era de que o trabalho e o isolamento dessa população que foi se formando na trilha da estrada de ferro aos que ficavam à margem de seu projeto econômico. Eram então seres expropriados em seus direitos humanos ao considerá-los como seres degenerados. Assim mercados tornavam-se alvos do poder que cruzava seus caminhos e somente assim puderam serem partes da memória. Considerados então inimigos da sociedade deveriam ser reeducados. Só assim poderiam adentrar ao processo de produção que tornaria Mato Grosso competitivo no mercado nacional: o trabalho aparece como agente regenerador pelos fazendeiros. Vejamos.

A transformação da actual cadeia em penitenciaria é outro assumpto que está a pedir solução e de que devemos ir cogitando, porque o systema das prisões em commum – alem de reprovado, não satisfaz as exigências do Código Penal e acarreta ao Estado despeza avultada, que no regime penitenciário poderá ser sensivelmente reduzida com a produção de uma parte dos trabalhos dos sentenciados, que por sua vez encontrarão, ao lado de sua regeneração pelo trabalho e pelo isolamento, um meio de fazer alguma economia além de aprender algum officio, que lhes garanta a subsistência honesta e moralizadora, que a vida ociosa da prisão em commum não lhes proporciona. (Relatório do Presidente de Estado Joaquim da Costa Marques, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, RIHGMT. 1913, p. 33. Fonte: Arquivo do Estado de Mato Grosso, APEMT – Cuiabá – MT.).

Outro problema considerado pelo presidente Costa Marques era a falta da instituição da medicina legal, para tornar mais eficiente o combate ao crime:

Outra lacuna existente na organização da nossa polícia civil, é a falta de um gabinete médico legal para o prompto e efficaz desempenho de vários serviços que se prendem á indagação dos delictos e reconhecimento dos culpados, das analyses toxicológicas, à autopsia e ao exame cadavérico e outros. É certo que tudo isto não se faz sem aumento de despezas, mas nem por isso devemos deixar de ir cuidando d'estes assumptos dentro dos limites das forças orçamentárias, de modo que este departamento de administração corresponda às necessidades de uma sociedade regularmente policiada. (Relatório do Presidente de Estado Joaquim da Costa Marques. In Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 33. Arquivo do Estado de Mato Grosso, APEMT – Cuiabá – MT).

A eficiência da polícia passava por ampliação do número de prisões, de forma que garantisse a consecução da pena ao sentenciado: simultâneo ao discurso do progresso caminhava a construção da prisão.

Estou providenciando a construção de algumas cadeias e concerto de outras. É preciso acabar-se com esta anomalia de não haver casa própria e segura para prisão dos culpados e punição dos criminosos na sede de algumas das comarcas do Estado e de alguns municípios, o que tem dado lugar a frequentes reclamações das autoridades locais. (Relatório do Presidente de Estado Joaquim da Costa Marques. In Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, RIHGMT, 1913, p. 37. Fonte: Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT – Cuiabá – MT).

## Considerações finais

De forma paradoxal, por mais que se sonhava com o desenvolvimento, a economia do estado convivia-se com a crise econômica e paradoxalmente com o avanço da economia oeste ao longo da via férrea. Como já vimos anteriormente, havia uma mudança no espaço econômico do sul do estado. Conforme essa onda invadia Mato Grosso, com ela aparecia, a partir da valorização da terra, a inevitável expulsão dos pequenos proprietários, para dar lugar a uma nova forma econômica. A partir dessas mudanças, os pequenos proprietários ficavam marginalizados ao serem expropriados ou mesmo pressionados pelos grandes investidores. Com isso, perdiam seus espaços na economia e, conseqüentemente, reapareciam como vítimas da marginalização com a perda de status social. Finalmente, é preciso considerar que o discurso do progresso deixa de lado o aspecto humano, social e com isso ao mesmo tempo em que contribui para uma minoria da população em detrimento das camadas populares. Seu efeito deixa de lado a imensa maioria dos habitantes em condições precárias socialmente. Em seu rastro portanto, se produz violência política e com ela a violência passional visto como causa em si, mas que na verdade é produto da violência e do ilegalismo político. É dele que se produz desterros, expropriações, genocídios, segregações entre outras calamidades sociais. estas causadas a serviço do projeto moderno e sua utopia econômica. Esta economia que coloca a natureza cada vez mais ao alcance das pessoas porém as tornam corpos inclusos, porém expulsos do usufruto das riquezas por eles produzidas.

## FONTES DOCUMENTAIS

Relatório do Chefe de Polícia, 1913, In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, IHGMT, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, APEMT.1913.

Relatório do Presidente do Estado de Mato Grosso, RPE-MT, 1914. Fonte: Núcleo de Documentação de História, NUDHEO. Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT-MT.

## FONTES BIBLIOGRÁFICAS

FREITAS, M, M de. **Indígenas e Ferrovias na Belle Époque Brasileira:** a Noroeste do Brasil, a Ferrovia de Itajaí e a Vitória-Minas. ANPUH, Brasil. 30º Simpósio Nacional de História. Recife 2019.

LEOTTI, Odemar. **Labirinto das Almas:** política indigenista no Brasil. 1831-1895. Curitiba, PR: Editora CVR, 2018.

**Linhagens Cuiabanas Revalidadas:** o IHGMT e a invenção do mato-grossense. 1919-1934. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. **As curvas do trem e os meandros do poder o nascimento da Estrada de Ferrovia Noroeste do Brasil (1904-1908).** Campo Grande – MS: Editora UFMS, 1997.